

Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua 08 de Maio, 534 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000 Tel.: (22) 2668-1034 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home Page http://www.sllvajardim.rj.gov.br E-mail saude.sj@gmail.com

refeitura Mun. De Silva Jardi Processon 9239/20.
Rubiles Plans. Fis: 10=

Contrato n.º 061.2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM CONTRATADA CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA, NA FORMA ABAIXO E EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES:

A05 05 (CINCO) dias do mês de DEZEMBRO do ano de 2023, de um lado o MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 28.741.098/0001-57, com sede na Praça Amaral Peixoto, nº 46, Centro, Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Presidente do Fundo Municipal de Saúde, Sr.ª Thais de Oliveira Glaser e pelo Secretário Municipal de Obras – Sr. Nilton Júnior Moreira Marins e pelo de outro lado a Empresa RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.981.211/0001-06, com sede na Rua Pastor Luiz Laurentino da Silva, n.º 487 – Vila Mataruna – Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28860-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr. Hudem Santana Faria, portador do documento de identidade nº 122106313, órgão expedidor IFP/RJ, CPF nº 086.507.607-32, tendo em vista o Procedimento Administrativo nº 9236/2023 que deu origem a Tornada de Preços nº 04/2023, ao qual o presente se vincula, fundamentado na Lei nº. 1840 de 12/07/2022, Programa: 004, Ação: 071- MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - GESTÃO PLENA- Meta: 100 respeitado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, fica a Empresa <u>RUTHEL CONSTRUÇÕES DE</u> <u>CASIMIRO LTDA</u>, autorizada a prestar os serviços conforme descritos abaixo, devendo observar as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO — Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para reforma, ampliação e abequação da Policlínica Municipal Águinaldo de Moraes, a ser executado conforme Memorial Descritivo/ Projeto, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, expedidos pela SEMOB.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	V. TOTAL
1	Contratação de Empresa Especializada para Reforma, Ampliação e Adequação da PMAM-Policlínica Municipal Aguinaldo de Moraes, a ser executado conforme, Memorial Descritivo/Projeto, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, expedidos pela SEMOB.	De 0 400 0 40 FG

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA/ PRAZO LOÇAL DE EXECUÇÃO

I– A Forma de Execução será conforme Memorial Descritivo/Projeto Básico, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária,

Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, expedidos pela SEMOB.

II- O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, em conformidade com o que dispõe o art. 57, §1º da 8.666/93 e alterações. Os serviços deverão ser iniciados após a emissão da ordem do Termo do Início dos serviços e deverão ser executados no prazo de 08 (olto) meses conforme cronograma.

III- Local de execução dos serviços: PMAM, localizada à Av. Oito de Maio, s/nº- Centro- Silva Jardim/RJ

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

I- A aceitação das obras ou serviços objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação do fiscal do contrato, funcionário do CONTRATANTE, que constatará se o projeto atende a todas as especificações contidas no Projeto Básico.

II- Na hipótese de recusa de aceitação, por não atendimento às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar as obras, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

III- O objeto do presente Contrato será recebido na forma do art 73, da Lei Federal nº 8.666/93: a)sendo provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, da mesma CND relativa a obras, do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS e da quitação do ISS e CNDT.

b)será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento (fiscal do contrato e fiscalização através de Termo Circunstanciado assinado pelo fiscal e pela contratada em até 15 (quinze) días da comunicação escrita do contratado acompanhado do As Built.

IV sendo definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

V - O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a

ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE — O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA em contrapartida à execução dos serviços, a importância global de R\$ 2.402.942,56 (dois milhões, quatrocentos e dois mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

I—Os pagamentos serão realizados mensalmente, com emissão da nota fiscal, conforme medição dos serviços

efetivamente executados e atestados pela fiscalização do contrato e nota fiscal devidamente atestada por 02 (dois) servidores do FMS e 01 (um) da SEMOB, preferencialmente das unidades em que os serviços serão prestados, respeitando o estabelecido no cronograma físico-financeiro.

II – Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº. 4.320/64, obedecido ao disposto no art. 73 da Lei Federal nº. 8.666/93, de acordo com o procedimento, empenhados e recebidos pelo setor competente, mediante a apresentação da nota de empenho/fatura discriminando o procedimento, comprovando sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Déhito-CND), com FGTS (Certidão de Regularidade de Situação-CRS), ISS, CNDT e demais que se fizer pecessária.

RUTHEL CONSTRUCOES DE

Assinado de forma digital por RUTHEL CONSTRUCOES DE CASIMIRO CASIMIRO LTDA:10981211000106 LTDA:10981211000106 -03'00'



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua 08 de Maio, 534 – Centro – Silva Jardim/RJ – CEP. 28.820-000 Tel.: (22) 2668-1034 – CNPJ nº 28.741.098/0001-57 Home Page http://www.silvajardim.rj.gov.br E-mail saude.sj@gmail.com

Tefeitura Mun. De Silva Jand Processor 9239 Rubrica (+) lass

III-A licitante contratada deverá apresentar a documentação para cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil posterior IV-O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação da fatura devidamente

V-Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do FMS, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por día de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

VI-O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Exma. Sra. Presidente do FMS, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da

VII- Caso o FMS efetue o pagamento devido à CONTRATADA em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

VIII- O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela fiscalização e ratificados pela CONTRATANTE, será feito com base no custo unitário constante do Sistema de Custos da EMOP ou de outro sistema de custos de órgão público. Os itens novos não constantes desses sistemas de custos terão seus preços limitados ao menor preço obtido junto à, no mínimo, três fornecedores

IX- No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para relificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses

X- No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos relajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice

XI- A nota fiscal/fatura emitida pela contratada deverá conter em local de fácil visualização a indicação do número do processo, número da nota de empenho e número de contrato a fim de acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

XII.Não será retido pagamento por perda provisória de condição e habilitação da Contratada, devendo a Fiscalização ou a Autoridade competente, conforme o caso, determinar o pagamento regular abrindo prazo razoável e proporcional para que a Contratada proceda ao ajuste de condutas necessário para sua regularização, tudo mediante processo administrativo próprio, o que tem por base o *Princípio da Vedação do Enriquecimento Sem Causa* interpretado conforme a Constituição no *Princípio da Moralidade* dentre outros, o que se assenta em posição consolidada na jurisprudência superior e vinculante, a exemplo do no Acordão 964/2012 do Plenário do TCU, assim como outros de identica natureza. XIII.A aferição de validade nos documentos será certificada a partir da data de sua juntada, sendo dispensada sua atualização em outras etapas do processo caso a validade tenha expirado no decurso do procedimento, a exemplo do que está positivado na LF 13460/2017, o que utilizamos com base em analogia autorizada pelo Art. 4º da LINDB a partir da leitura da LF 13726/2018, visto que a *superposição* de atos representa burocracia violadora da *Eficiência* e *Economia*Processual e repetição sem finalidade e puramente formalista de questões que retardam o processo sem motivação ou

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

 Fornecimento de materiais, Ferramentas e Equipamentos para execução dos serviços a serem executados conforme todas as exigências contidas no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, observando as normas de segurança do trabalho (EP! e EPC). II– A cumprir os termos contidos na Instrução Normativa nº 971 de 13 de novembro de 2009 e alterações;

III III - Realizar as obras de acordo com todas as exigências contidas neste contrato.

IV - Fornecer, gratuitamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) devidamente aprovados pelo orgão competente, adequados ao rísco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, fiscalizando e obrigando os trabalhadores ao uso, bem como os substituindo quando necessário, nos termos da NR-06, especialmente o item 6.6.1 aprovada pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e alterações;

V - Promover efetivo treinamento dos trabalhadores quanto ao uso adequado, guarda e conservação dos EPI;

VI – Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar

a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

VII- Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores. O ressarcimento será realizado imediatamente após o recebimento da notificação da fiscalização, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber, limitado ao valor do contrato entre as partes;

VIII- Se responsabilizar, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais,

tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com equipamentos e mão de obra necessária à completa realização dos serviços. IX- Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da PMSJ, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, destro de 30 (triple) dies contados a patrir de comproversão de sua responsabilidado. Caso não o face dentro do prose dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a PMSJ reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês subsequente, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

X- Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE; XI- Substituir, por sua conta e responsabilidade, as partes da obra recusadas pelo CONTRATANTE, no prazo a ser

XII– Ser a úniça responsável por todos os ônus tributários federals, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como onus tributários: pagamento

RUTHEL CONSTRUCOES DE CONSTRUCOES DE CASIMIRO CASIMIRO LTDA:10981211000 LTDA:1098121000 LTDA:10981



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua 08 de Maio, 534 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000 Tel.: (22) 2668-1034 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home Page http://www.silvalardim.rj.gov.br E-mail saude.sj@gmall.com

de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças

i, refeitura Mun. De Silva Jard

Processon 9239/20

Mass

Rubrica

XIII- Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no Projeto Básico, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XIV- Manter preposto durante o período de vigencia do contrato, o qual deverá fazer visitas de periodicidade quinzenal no local, e comparecer sempre que chamado pela fiscalização.

XV- Atribuir ao preposto às tarefas de coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços; cuidar da disciplina; controlar a frequência e a apresentação pessoal dos empregados.

XVI- Empregar, na execução dos serviços, pesspal devidamente qualificado, na forma prevista no Edital, fornecendo ao gestor do contrato a relação nominal dos empregados envolvidos na prestação de serviços contratados pelo Município, mencionando as cópias dos documentos: RG, registro em carteira (quando exigidas), comunicando qualquer alteração

XVII- Manter, ainda, os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que for considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da SEMOB. XVIII- Fornecer, às suas expensas, uniformes aos seus empregados, sem qualquer cobrança de seus custos a estes. XIX- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da SEMOB.

XV - Determinar que os empregados observem as normas disciplinares da SEMOB, porém sem qualquer vínculo

XXI- Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

XXII- Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos, contribuições e encargos sociais; indenizações; vales- transporte; vales- refeição.

XXIII- Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

XXIV- Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, inclusive as provenientes de acidentes de trabalho, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS 🛊 INSS), sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas a Contratante para liquidação.

XXV- Providenciar no prazo de 60 (sessenta) días, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados, com objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela Internet;

XXVI– Executar diretamente o CONTRATO, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações; XXVII - Acatar as exigências da Fiscalização quanto à execução dos serviços, horários de turnos, jornadas e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quan o à execução dos serviços contratados.

XXVIII- As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente a Contratante, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

XXIX- Em caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas na cláusula que trata das obrigações trabalhistas, fica o Contratante autorizado a reter os valores devidos à Contratada até que se comprove seu regular

XXX- Se responsabilizar integralmente pela ilum nação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras ou dos serviços (quando for o caso) contratados; XXXI— Executar os serviços rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

XXXII- Manter os locais dos serviços permanentemente limpo;

XXXIII- Promover por sua conta a cobertura, al avés de seguro, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste contrato;

XXXIV- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização;

XXXV- Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da SEMOB ao local do serviço em questão

XXXVI- Cientificar, imediatamente, à fiscalização da SEMOB qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar durante o serviço;

XXXVII- Corrigir, prontamente, quaisquer erros qu imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, às reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização:

XXXVIII- Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para o perfeito funcionamento das instalações, contados a partir da aceitação dos serviços;

XXXIX- Observar, durante a execução das obras, o prescrito na Resolução CONAMA 307/2002, quanto ao gerenciamento de resíduos da construção civil;

XL – Responder, durante o prazo de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais,

XLI- Se responsabilizar integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações do Projeto Básico, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo CONTRATANTE. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço ou na substituição dos materiais recusados, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XLII - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo relativo à Tomada de Preço, durante todo prazo de execução contratual.

XLIII- Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o Contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem devidos em relação às obras contratadas.

XLIV– Entregar as obras concluídas, livres e desemparaçadas de quaisquer materiais e equipamentos utilizados na sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes

Lacer Cloth

RUTHEL CONSTRUCOES DE CASIMIRO

por RUTHEL CONSTRUCOES
DE CASIMIRO LTDA:109812110001 Dados: 2023,12,05 09:25:37



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua 08 de Maio, 534 – Centro – Silva Jardim/RJ – CEP. 28.820-000 Tel.: (22) 2668-1034 – QNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home Page http://www.silvajardim.rj.gov.br E-mail saude.sj@gmall.com

Prefeitura Mun. De 3 1000ss0,18 9239/2023 Amilia Chas

XLV- Disponibilizar e-mail (item 13.6 do Edital) para qual poderão ser enviados os comunicados oficiais da Contrátante, que serão considerados recebidos, ainda que não haja resposta, após o decurso do prazo de 10 (dez) días. XLVI-Aceitar acréscimos ou supressões do objeto deste contrato nos limites fixados no art.65 §§1º e 2º, da Lei 8.666/93. XLVII-Abrir o Livro Diário de Obras e manter os registros diários de tarefas executadas, condições do tempo e toda e qualquer ocorrência positiva ou negativa que se digne registrar no histórico do empreendimento, assim como as visitas

XLVIII-Apresentação, pelo licitante vencedor, da ART (Alestado de Responsabilidade Técnica), após empenho, sendo que a mesma exigência se estende a todos os profissionais e empresas que estiverem direta ou indiretamente envolvidos na execução, prestação de serviços ou consultorias à obra em referência. XLIX-Manter em seu quadro de funcionários, profissionais habilitados na forma das normas técnicas pertinente, para

L - Independente de transcrição neste Instrumento Convocatório, todas as normas aplicáveis à atividade econômica são consideradas integrantes nesta contratação, podendo ser exigidas imediatamente, considerando que o domínio da atividade empresarial garante presunção de conhecimento das regras de mercado e do segmento por parte do empreendedor, além de ser dever legal imperativo a aplicação de tais normas pelo Responsável Técnico, sendo considerada violação contratual gravíssima o não cumprimento espontâneo e proativo de tais deveres, o que fundamentamos no Princípio da Legalidade (Art. 37, caput, CRFB/1988), Princípio da Boa-fé Contratual e Princípio da Legalidade Contratual (Art. 113 c/c Art. 422 do CC/2002), além de ser passível de imputação das condutas criminosas

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DA CONTRATADA - SANÇÕES I- Enviar à secretaria correspondente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no prazo de 48 horas após a

II- Enviar à secretaria correspondente a comprovação de recolhimento do FGTS de cada empregado do contratado envolvido na prestação de serviços contratados pe o Município até o dia 10 de cada mês;

III- Enviar à secretaria correspondente a comprovação de recolhimento da contribuição previdenciária de cada empregado do contratado envolvido na prestação de serviços contratados pelo Município até o dia 30 de cada mês; IV- Enviar à secretaria correspondente as folhas de registro do horário de todos os empregados do contratado envolvidos na prestação de serviços contratados pelo Município até o dia 30 de cada mês, devendo ser observado que as mesmas não poderão conter horários uniformes, chemados de ponto britânico, nos termos da Súmula nº 338 do TST;

V- Enviar à secretaria correspondente os contracheques, mensalmente, de todos os empregados do contratado envolvidos na prestação de serviços contratados pelo Município.

VII-Manter tempestivos o pagamento dos encargos trabalhistas de todos os empregados do contratado envolvidos na prestação de serviços contratados pelo Município inclusive no que tange às normas de medicina e segurança do trabalho, com a devida entrega de equipamentos de proteção individual, caso necessário. tradano, com a devida entrega de equipamentos de proteção individual, caso necessario.

Parágrafo Primeiro- Com o não cumprimento pelo contratado ao disposto nesta cláusula, restarão configuradas as infrações previstas nas alíneas d) e g) e inciso V do Art.5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sendo o contratado com muita no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo, administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à contratado com a mão de obra utilizada de seus empregados e consequente inadimplemento das obrigações vantagem auferida com a mão de obra utilizada de seus empregados e consequente inadimplemento das obrigações trabalhistas decorrentes, quando for possível sua eslimação.

Parágrafo Segundo- Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Parágrafo Terceiro- Além da multa supracitada, o não atendimento das obrigações previstas nesta cláusula constituirá

a RESCISÃO UNILATERAL do presente contrato, nos termos do Art. 78, I e Art., 79, I de Lei nº

Parágrafo Quarto- Por ser considerado ato ilícito, o contratante poderá, aínda, suspender a participação do contratado em licitação e impedir o mesmo de celebrar contrato com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos e, ainda, emitir declaração de inidoneidade para o contratado licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de eventual ação trabalhista em que o Município seja condenado seja, solidariamente, seja de forma subsidiária em relação aos créditos trabalhistas, nos termos do Art. 87, III e Art. 88, II e III da Lei nº 8.666/93. Parágrafo Quinto- Para otimização e economia de papel, o contratado poderá enviar a documentação exigida via correio eletrônico para o e-mail da secretaria correspondente.

Parágrafo Sexto- As presentes sanções serão aplicadas sem prejuízo das existentes na cláusula específica:

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Premover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. II – Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar os serviços, inclusive fornecendo todo tipo de informação interna essencial à execução, permitindo o acesso dos profissionais da contratada às suas dependências. III— Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução dos serviços, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas; IV— Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os pad ões de informação e qualidade exigidos. V– Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste contrato. VI- Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

CONSTRUCOES
DE CASIMIRO
LTDA:1098121100 LTDA:10981211000106
Dados: 2023.12.05



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua 08 de Maio, 534 - Centro - Silva Jardim/RJ - CEP. 28.820-000
Tel.: (22) 2668-1034 - CNPJ nº 28.741.098/0001-57
Home Page http://www.silvajardim.rj.gov.br E-mail saude.sj@gmail.com

Prefeitura Mun. De Si mcesson 9239

I- Caberá a Secretaria Municipal de Obras, a fiscalização dos serviços descritos no presente Contrato. Incumbe a fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa. II- A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. III- Compete à CONTRATADA fazer mínucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato,

IV- A atuação fiscalizadora em nada restringira a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que diz respeito aos serviços contratados à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

I – A licitante vencedora deverá apresentar a SEMOB, no ato da a assinatura do contrato, a garantia de 5% (cinco por cento) do preço total contratado, como segurança do fiel, completo e perfeito cumprimento das obrigações assumidas entre a Contratada e a SEMOB sendo que o original deste documento será depositado na Tesouraria da PMSJ,

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida públiça;

b)seguro-garantia; c)fiança bancária.

II - No caso de título da dívida pública será exigido do adjudicatário laudo técnico, expedido por perito oficial, que
comprove a sua autenticidade, e documento emitido por instituição oficial, que declare a sua cotação atual.
 III - Qualquer que seja a modalidade de garantia escolhida pela Contratada, a mesma deverá prever a cobertura para os

a)prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele

b)multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

c)prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; d)obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

IV – A garantia contratual deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos qualsquer valores e nos casos de acréscimos de valores deverá ser atualizada na mesma proporção, em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93. V– A qualquer tempo poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei n.º

VI- No caso de caução em dinheiro, o depós to deverá ser efetuado na contracorrente que será informada pela

VII- Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantía, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconfecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de líquidação e custódia, nos termos do Art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo a Contratante recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

VIII- No caso de garantia na modalidade de Carta de Flança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador,

IX- A Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto do CONTRATO ou para reparar danos decorrentes da ação ou emissão da empresa, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

X- A CONTRATADA terá sua garantia liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações XI- O montante caucionado somente será liberado ou restituído após o término da vigência do contrato, caso não haja

a)na modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública: após o termo de recebimento definitivo relativo ao último mês de execução do contrato, emitido na forma do art. 73 da Lei Federal 8.666/93, ou, quando da sua rescisão amigável, caso não haja nenhuma restrição, somente após requerimento formal da contratada, dirigido ao titular da Tesouraria da PMSJ, sem responsabilidade da PMSJ por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-

b)nas modalidades seguro-garantia e fiança bancaria: após o término de vigência do contrato, acrescido de mais 90 (noventa) dias, ou, quando da sua rescisão amigavel, caso não haja nenhuma restrição, somente após requerimento formal da contratada, dirigido ao titular da Tespuraria da PMSJ, sem responsabilidade da PMSJ por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-se dele eventuais créditos em favor da SEMOB.

XII– Para a liberação da garantia, deverá, ainda, ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas

XIII- A SEMOB poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela Contratada, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaprove tamento dos empregados em outra atividade da Contratada. XIV- A perda da garantia em favor da Contratante por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO - O presente instrumento terá o prazo de 12 (doze) meses, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, em conformidade com o que dispõe o art. 57, §1º

RUTHEL

Assinado de forma digital
por RUTHEL CONSTRUCOES

CASIMIRO

LTDA:10981211000

Dadoi: 2023.12.05 09:26:14



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua 08 de Maio, 534 – Centro – Silva Jardim/RJ – CEP. 28.820-000 Tel.: (22) 2668-1034 – CNPJ nº 28.741.098/0001-57

Home Page http://www.silvajardim.rj.gov.br E-mail saude.si@gmail.com

Prefeitura Mun. Processo nº 9239/2023 Rubrica glass.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA RESCISÃO — A rescisão, com base nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, será proposta com pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS SANÇÕES
I- O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, nos termos do art. 86 da Lei Federal n.º 8.666/93.

II– A înexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93:

b)Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, per dia útil que exceder o prazo de prestação dos serviços, sobre o valor

c)Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza seja contratual ou legal; d)Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até

2 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, conforme inciso IV do art. 87 da Lei Federal

III- O descumprimento dos itens IV e/ou V da Cláusula Quinta do presente contrato, resultará na aplicação de multa no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reals) por item descumprido e de R\$ 100,00 (cem reals) por trabalhador contratado e posto à disposição do Município no local no qual ficar configurado o descumprimento. IV- As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do

V- As multas deverão ser recolhidas junto à Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Boletim Oficial do Município do ato que as impuser, do qual a CONTRATADA terá, também,

VI- Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, serão promovidas as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da

VII- O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a

VIII- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha

IX- As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas. X- Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato. XI - Poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais, as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87

da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme os casos previstos no art. 88 da mesma legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA — A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária №. 10.d2.103020030.1.142.4490.51.00.00- SEMSA/FMS - Empenho n.º

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DO FORO — As partes elegem o Foro da Comarca de Silva Jardim para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais especial ou

E, por estarem de pleno acordo com as clausulas e dondições anteriores fixadas, as partes firmam o presente Contrato em 06 (seis) vias, de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratadas, e pelas testemunhas abaixo qualificadas, que tudo assistiram.

> Silva Jardim, 05 de DECEMBRO

Thais de Oliveira GI SEMSA/FMS Mat. 5710-0

> SEMOB Mat. 7231/1

RUTHEL CONSTRUCOES DE

CASIMIRO

RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA

CONTRATADA

LTDA:10981211000106

Assinado de forma digital por RUTHEL CONSTRUCOES DE CASIMIRO LTDA:10981211000106 Dados: 2023.12.05 09:21:05 -03'00'

Testemunhas Cássia Helena J. Moura Nome por Supernatendente Executiva PMAM

084561167-42



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Silva Jardim Secretaria Mun. de Gabinete Civil Subsecretaria Mun. de Comunicação Social



icia

Criado pela deliberação nº 470, de 20 de julho de 1973, art 98 - Lei Orgânica do Município de Silva Jardim/RJ

www.silvajardim.rj.gov.br

Número 428

12 de Dezembro de 2023

SEÇÃO I - CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 061/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM E A CONTRATADA RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA, NA FORMA ABAIXO E EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES:

DO OBJETO — Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para reforma, ampliação e adequação da Policlínica Municipal Aguinaldo de Moraes, a ser executado conforme Memorial Descritivo/ Projeto, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária, Composição do BDI e Cronograma Físico-Financeiro, expedidos pela SEMOB.

DO PREÇO — O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA em contrapartida à execução dos serviços, a importância global de R\$ 2.402.942,56 (dois milhões, quatrocentos e dois mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

DO PRAZO — O presente instrumento terá o prazo de 12 (doze) meses, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, em conformidade com o que dispõe o art. 57, §1º da Lei . nº 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA — A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária Nº. 10.02.103020030.1.142.4490.51.00.00- SEMSA/FMS – Empenho n.º 000511/2023.

Silva Jardim, 05 de dezembro de 2023.

Thais de Oliveira Glaser SEMSA/FMS Mat. 5710-0

RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA CONTRATADA

Nilton Júnior Moreira Marins **SEMOB** Mat. 7231/1

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS Nº 058/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM E A CONTRATADA MEGA MIX CRUZ DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, NA FORMA ABAIXO E EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES:

DO OBJETO - Constitui objeto do presente instrumento a contratação da Ata de Registro de Preço nº 092/2023, PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 052/2023 - FMS, Processo Administrativo nº 12366/2022, referente a aquisição de gêneros alimentícios para compor a alimentação a ser servida na PMAM/UPA24H e na Rede de Atenção Psicossocial, conforme fls. 02 e 31/40 do Procedimento Administrativo 10387/2023.

DO PREÇO - O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA em contrapartida ao fornecimento, a importância global de R\$ 120.458,77 (cento e vinte mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos).

DO PRAZO - O presente instrumento terá o prazo de 06 (seis) meses com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por conveniência das partes, em conformidade com o que dispõe o art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da Dotação Orcamentária Nº. 10.02.103020034.2.071.3390.30.00.00 - SEMSA/FMS - Empenho n.º 000489/2023 no valor de R\$ 72.449,31 (setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos) e Dotação Orçamentária Nº. 10.02.103020034.2.071.3390.30.00.00 - SEMSA/FMS - Empenho n.º 000490/2023 no valor de R\$ 48.009,46 (quarenta e oito mil e nove reais e quarenta e seis centavos).

Silva Jardim, 08 de dezembro de 2023.

Thais de Oliveira Glaser SEMSA/FMS Mat. 5710-0

MEGA MIX CRUZ DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA CONTRATADA



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
Rua Borges Alfradique, nº 60 – Centro – Silva Jardim – CEP: 28.820.000
CNPJ. 28.741.098/0001-57

TERMO DE INÍCIO DA OBRA

Pelo presente fica determinada nesta data o início da **Reforma, ampliação e adequação da Policlínica Municipal Aguinaldo de Moraes no Município Silva Jardim/ RJ**, conforme Contrato nº 061/2023 e Processo Administrativo nº 9239/2023, contratada empresa **RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.981.211/0001-06, com sede na Rua Pastor Luis Laurentino da Silva, nº 487, Vila Mataruna — Casimiro de Abreu/RJ — CEP: 28.860-000, com prazo de execução de 08 (oito) mês.

Sendo nomeado o **Engenheiro Civil Camargo Senna da Motta**, CREA/RJ 2018.111.014, para exercer fiscalização sobre os referidos serviços.

Quaisquer atrasos ou impedimentos, assim como outras alterações no decorrer dos serviços, deverão ser comunicados imediatamente à Contratante, bem como a Secretaria Municipal de Obras através do Fiscal que ora recebeu esta delegação, sendo assim fica a empresa ciente que deverá iniciar os serviços na data de 18 de dezembro de 2023.

Silva Jardim, 18 de dezembro de 2023.

Secretario Municipal de Obras Nilton Júnior Morèira Marins Mat. 7231-1

Engenheiro civil Camargo Senna da Motta CREA/RJ 2018.111.014

DE ACORDO:

Contratada:

RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Silva Jardim Secretaria Mun. de Gabinete Civil Subsecretaria Mun. de Comunicação Social



Criado pela deliberação nº 470, de 20 de julho de 1973, art 98 - Lei Orgânica do Município de Silva Jardim/RJ

www.silvajardim.rj.gov.br

Número 432

20 de Dezembro de 2023



Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB Rua Borges Alfradique, nº 60 – Centro – Silva Jardim – CEP: 28.820.000 CNPJ. 28.741.098/0001-57

TERMO DE INÍCIO DA OBRA

Pelo presente fica determinada nesta data o início da Reforma, ampliação e adequação da Policlínica Municipal Aguinaldo de Moraes no Município Silva Jardim/ RJ, conforme Contrato nº 061/2023 e Processo Administrativo nº 9239/2023, contratada empresa RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.981.211/0001-06, com sede na Rua Pastor Luis Laurentino da Silva, nº 487, Vila Mataruna - Casimiro de Abreu/RJ - CEP: 28.860-000, com prazo de execução de 08 (oito) mês.

Sendo nomeado o Engenheiro Civil Camargo Senna da Motta, CREA/RJ 2018.111.014, para exercer fiscalização sobre os referidos serviços.

Quaisquer atrasos ou impedimentos, assim como outras alterações no decorrer dos serviços, deverão ser comunicados imediatamente à Contratante, bem como a Secretaria Municipal de Obras através do Fiscal que ora recebeu esta delegação, sendo assim fica a empresa ciente que deverá iniciar os serviços na data de 18 de dezembro de 2023.

Silva Jardim, 18 de dezembro de 2023.

Sécretário Municipal de Nilton Junior Moretra Marins

Mat. 7231-1

CREA/RJ 2018.111.014

DE ACORDO: _

Contratada:

RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA





Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: LUIZ ANTONIO DA CRUZ SALES CPF: 346.XXX.XXX-87

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista Nº do Registro: 000A801291

1.1 Empresa Contratada

Razão Social: RUTHEL CONSTRUÇÕES DE CASIMIRO LTDA CNPJ: 10.XXX.XXX/0001-06 Nº Registro: PJ14352-9

Período de Responsabilidade Técnica: 09/02/2011 - sem data fim

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI13825344I00CT001 Modalidade: RRT SIMPLES Data de Cadastro: 18/12/2023 Forma de Registro: INICIAL

Data de Registro: 18/12/2023 Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor da(s) taxa(s)

Valor da(s) taxa(s): R\$115,18 Boleto nº 19369581 Pago em: 18/12/2023

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM CPF/CNPJ: 28.XXX.XXX/0001-57

Tipo: Órgão Público Data de Início: 18/12/2023

Data de Previsão de Término: 18/08/2024 Valor do Serviço/Honorários: R\$2.402.942,56

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil CEP: 28820000

Tipo Logradouro: AV Nº: S/N

Complemento: POLICLINICA MUNICIPAL Logradouro: AVENIDA OITO DE MAIO

AGUINALDO DE MORAES

Bairro: CENTRO Cidade/UF: SILVA JARDIM/RJ

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Quantidade: 1,00 Grupo: EXECUÇÃO

Unidade: unidade Atividade: 2.1.2 - Execução de reforma de edificação

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Hospitalar

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PMAM-POLICLINICA MUNICIPAL AGUINALDO DE MORAES LOCALIZADA NA AVENIDA OITO DE MAIO, S/N, CENTRO, SILVA JARDIM-RI

Página 1/2 www.caubr.gov.br

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

№ do RRT Contratante Forma de Registro Data de Registro S113825344I00CT001 PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM INICIAL 18/12/2023

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista LUIZ ANTONIO DA CRUZ SALES, registro CAU nº 000A801291, na data e hora: 18/12/2023 11:11:57, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural **(LGPD)**

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, ou via QRCode.

